UFSM

REVISTA SOCIAIS & HUMANAS CCSH / UFSM



ISSN 2317-1758
ACESSO ABERTO

Rev. Soc e Hum., Santa Maria, v. 39, e95495, 2026 https://doi.org/10.5902/2317175895495
Submissão: 27/02/2026 • Aprovação: 23/03/2026 • Publicação: 03/09/2026

Artigos Livres

Planejamento e políticas públicas: a instrumentalidade do Serviço Social

Planning and public policies: the instrumentality of Social Work

Lisiane Pinto Correia[I], Eliane Rodrigues[I], Andressa Baccin dos Santos[I], Angela Maria Souza de Lima[I], Fabiane Marcia Drews[I], Thieny Oliveira de Moura Agosti[I], Jairo da Luz Oliveira dos Santos[I]

[I] Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

Este artigo advém das reflexões e debates presentes na disciplina de Trabalho, Estado e Questão Social, do Mestrado em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM). Tem como objetivo realizar a sistematização das discussões a partir de uma revisão de literatura, com base no método dialético-crítico, a partir das categorias planejamento e políticas públicas em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social. Nesta perspectiva, busca-se demarcar historicamente a formulação e implementação das políticas públicas no Brasil, como respostas aos desdobramentos da questão social e enfrentamento das desigualdades na sociabilidade capitalista brasileira. Com isso, do mesmo modo, refletir criticamente o papel do Estado na acomodação dos interesses antagônicos entre a sociedade civil e o mercado e reafirmar o posicionamento do Serviço Social neste debate, a partir da práxis profissional.

Palavras-chave: Planejamento; Políticas públicas; Serviço social

ABSTRACT

This article stems from the reflections and debates present in the discipline of Work, State and Social Question, of the Master's Program in Social Work and Public Policies at the Federal University of Santa Maria/RS (UFSM). Its objective is to systematize the discussions based on a literature review, using the dialectical-critical method, from the categories of planning and public policies in line with the ethical-political project of Social Work. From this perspective, it seeks to historically demarcate the formulation and implementation of public policies in Brazil, as responses to the unfolding of the social question and the confrontation of inequalities in Brazilian capitalist sociability. In the same way, it critically reflects on the role of the State in accommodating the antagonistic interests between civil society and the market and reaffirms the position of Social Work in this debate, based on professional praxis.

Keywords: Planning; Public policies; Social Work

Artigo publicado por Revista Sociais e Humanas sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas no Brasil são resultantes de processos históricos atravessados por lutas sociais, disputas de projetos societários e contradições inerentes ao papel do Estado na sociedade capitalista. Como aponta Bobbio (1987), as políticas públicas constituem a materialização das escolhas políticas e das correlações de forças que se estabelecem em determinado momento histórico, revelando a tensão entre a universalização de direitos e os limites impostos pela lógica econômica e pela estrutura social vigente. Nesse contexto, compreender a historicidade dessas políticas é fundamental para analisar tanto os avanços quanto os retrocessos no campo da proteção social.

O planejamento, por sua vez, se configura como instrumento estratégico para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, sendo mais do que um conjunto de técnicas neutras. Conforme destaca Baptista (2013) o planejamento em Serviço Social é orientado por uma racionalidade estratégica, inserida em um contexto de disputas. Ou seja, esse processo não se restringe a aspectos administrativos, mas envolve uma intencionalidade na práxis ético-política (Iamamoto, 2009), na medida em que se orienta por um projeto profissional comprometido com a ampliação dos direitos e com a transformação das condições de vida da população usuária.

A dimensão técnico-operativa do Serviço Social, articulada aos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, expressa-se na capacidade de construir estratégias de intervenção que dialoguem com a realidade concreta e com as mediações necessárias para efetivar direitos (Netto, 2011). Nessa perspectiva, o planejamento das políticas públicas é compreendido como ação intencional e crítica, orientada pela leitura das determinações sociais e pela busca de respostas qualificadas às demandas coletivas.

Assim, este estudo propõe-se a percorrer a historicidade das políticas públicas no Brasil, analisar o planejamento como expressão da práxis ético-política

do/a assistente social e discutir a dimensão técnico-operativa como elemento que vincula teoria e prática. Busca-se evidenciar que a atuação profissional, quando ancorada na instrumentalidade crítica, contribui para o fortalecimento de processos democráticos e para a construção de políticas públicas mais efetivas e comprometidas com a justiça social.

2 A HISTORICIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A trajetória das políticas públicas no Brasil está profundamente ligada às transformações políticas, econômicas e sociais que marcaram a formação do Estado brasileiro. No período imperial e nas primeiras décadas da República, prevaleceram ações assistencialistas e filantrópicas, voltadas a grupos específicos e sem caráter universal. Apenas a partir da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas e a adoção de um Estado centralizador e interventor, que se estruturam políticas sociais mais amplas, influenciadas tanto pelo New Deal norte-americano1, que valorizava programas estatais para combater crises econômicas, quanto pelos modelos corporativistas europeus, que vinculavam direitos sociais à inserção no mercado formal de trabalho. Nesse contexto, a previdência social e a legislação trabalhista começaram a se consolidar como instrumentos de regulação das relações de trabalho e de legitimação do poder estatal, ainda restritos a parcelas específicas da população.

É na Era Vargas que são criadas as primeiras leis trabalhistas e com o desenvolvimento da previdência social, houve a ampliação do ensino público com enfoque na educação e formação técnica dos estudantes, fazendo com que neste contexto o Estado assumisse seu papel de forma mais ativa junto à vida das pessoas. A criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são marcos importantes (Nakamura, 2014) neste processo. No entanto, essas políticas tinham caráter corporativo e excludente, beneficiando apenas os trabalhadores formais urbanos. Boschetti (2009) refere que:

> As políticas sociais e a formulação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento - em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A questão social se expressa em suas refrações (Netto, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento.Contudo, sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico, como vimos, a constituição das relações capitalistas - e que tem continuidade na esfera da produção social. (p. 51-52)

Nesse sentido, as políticas públicas na Era Vargas se constituem como uma resposta do Estado à crise econômica e social, buscando fortalecer suas bases de governo e promover o desenvolvimento nacional. O governo Vargas consolidou seu poder através do populismo e da construção de uma imagem de líder protetor dos trabalhadores, mas também enfrentou críticas pelo autoritarismo e pela centralização política.

Durante a ditadura militar, o Estado assume um papel desenvolvimentista e centralizador, marcado por um grande crescimento econômico. Contudo, também caracterizou-se pela forte concentração de renda pela classe dominante, aliada a restrições de liberdade, principalmente de expressão, e com a ausência total da participação popular nos espaços de decisões. Esse cenário promoveu uma grande mobilização dos movimentos sociais e a organização das primeiras Conferências, um marco histórico que culminou na Constituição de 1988 (Pinto, 2007).

A Constituição Federal de 1988 consolidou os direitos sociais da população, ampliando a garantia de acesso à educação, saúde, previdência e assistência social para os cidadãos, assumindo papel fundamental e legal no amparo e consolidação dos direitos sociais brasileiro, sendo precedida pela redemocratização que marcou a criação de novas políticas e programas sociais no Brasil, com objetivo de combate à pobreza e as desigualdades sociais. A Carta Magna cria os sistemas universais, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e institui a participação social por meio de conselhos e conferências, descentralizando a gestão das políticas públicas.

Dessa forma, as políticas públicas transcendem marcos históricos e políticos do país, visto que esta contextualização apresenta sua expansão nas últimas décadas. Contudo, fez-

se necessário um intenso movimento de luta pela ampliação e permanência dessas políticas. Nos anos 1990, sob influência do neoliberalismo, houveram reformas voltadas à redução do papel do Estado e a focalização das políticas sociais. A criação de programas como Bolsa Escola e, posteriormente, Bolsa Família (2003) fortaleceu a política de transferência de renda. Ao mesmo tempo, o Brasil avança na regulamentação do SUAS e na consolidação do SUS, porém, essas políticas não contemplam o caráter emancipatório, condicionando os sujeitos a dependência desses programas para a manutenção da subsistência.

O modelo neoliberal adotado na política nacional promoveu impactos negativos importantes no que se refere aos direitos adquiridos a se considerar: a flexibilização das leis trabalhistas; desqualificação profissional; desregulamentação do mercado de trabalho; precarização das condições de trabalho; privatizações; terceirizações; etc.

Dessa forma, com a privatização das políticas públicas, o Estado reduz sistematicamente o campo de intervenção profissional e a "refilantropização" (Yasbek, 1993; Iamamoto, 1996) das políticas sociais e dos serviços torna-se realidade, que intensifica o processo de individualização dos problemas sociais, ao mesmo tempo que caracteriza a desqualificação profissional no trato da questão social.

Sendo assim, mesmo que percebam-se avanços nas políticas públicas, ao longo da trajetória histórica do país, a desigualdade social continua em evidência no Brasil, pois com a fragmentação das diferentes políticas públicas, o discurso neoliberal associado aos direitos sociais, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais, pois entende-se que a sustentação dos discursos sobre direitos sociais e combate à pobreza são pautados pelo interesse econômico.

3 PLANEJAMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: A INTENCIONALIDADE NA PRÁXIS ÉTICO-POLÍTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL

O planejamento na seara das políticas públicas compreende a ação a partir do contexto social, em que se busca intervir ou planejar, a partir de uma problemática social. Para Chrispino (2017) o planejamento pode ser compreendido como uma

técnica social que organiza racionalmente as ações, os métodos e as estratégias com o objetivo de atingir metas definidas pelas políticas públicas, buscando sempre otimizar tempo, custos e qualidade na execução das ações propostas.

O direcionamento da ação envolve a avaliação de cenários possíveis por meio de técnicas voltadas à proposição e implementação de políticas públicas. Segundo Baptista (2013), o planejamento, oriundo da racionalidade da ação, é um processo contínuo e metódico de abordagem racional e científica das demandas sociais. Nessa perspectiva, entende-se o planejamento como uma técnica social (Chrispino, 2017), orientada por uma racionalidade estratégica (Baptista, 2013), inserida em um contexto de disputas entre sociedade, Estado e mercado. Trata-se, portanto, de um processo marcado por relações de poder e por sua dimensão eminentemente política (Baptista, 2013).

Ao compreender a categoria instrumentalidade no Serviço Social (Guerra, 2000) não há como dissociá-la do seu caráter ontológico e reflexivo, ou seja de um movimento entre a realidade e a sua idealização, em processos de mediação entre o devir e o vir a ser, nos modos de pensar e agir cotidianos da profissão. Estes processos de mediação na esfera pública, estão intrinsecamente ligados à formulação de respostas do Estado, no campo social, a qual se dá por meio da elaboração de políticas públicas, nos quais são respostas técnicas frente a determinadas demandas coletivas da sociedade.

Gianna e Andrade (2024), refletem sobre a importância da categoria instrumentalidade quando esta confronta a perspectiva conservadora e passa a ser entendida sob a ótica dos três pilares da formação crítica: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Sendo possível, assim, atuarmos com uma prática intencional com instrumentais estratégicos para mediar os desafios postos no enfrentamento da questão social. Nesta perspectiva, considera-se um importante processo de análise, decisão e ação, os quais depreende conhecimentos teóricos, técnicos e ético-políticos direcionando intencionalmente a ação e a tomada de decisão.

Ainda, no campo das políticas públicas, o planejamento e a gestão social são demarcados com a ascensão do Estado Democrático de Direito, permeado pelos

princípios da emancipação da condição humana, numa perspectiva de direitos, nos quais estes "dão forma e conteúdo às políticas, programas e serviços públicos" (Carvalho, p. 41, 2012), reconhecendo no Estado a responsabilidade pela formulação e implantação de políticas públicas, que atendam as demandas da classe trabalhadora, de forma coletiva. Nesta relação, o Serviço Social frente a sua identidade profissional e a práxis ontológica a qual possibilita planejar, articular e fomentar políticas públicas com o objetivo de torná-las efetivas e não reducionistas, apreende os aspectos da dimensão humana emancipatória da classe trabalhadora (Behring, 2009).

As respostas estatais às demandas sociais tem formulação das políticas públicas tem seu surgimento na abertura democrática na década de 1980, que em meio ao processo de redemocratização, "que urgia pela necessidade de respostas sociais frente à grave crise e demanda de enfrentamento dos enormes índices de desigualdade social" (Bravo, 2012, p. 47).

Sob esta perspectiva, a teoria marxista traz argumentos que endossam o significado social que as políticas públicas e sociais possuem na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais postas pelo capitalismo, seja na época e atualmente (Behring, 2009). Ainda, a autora enfatiza que o referencial marxista é imprescindível para realizarmos a análise da realidade das políticas públicas na atualidade, mesmo que não de forma absoluta, por termosdesafios cada vez mais complexos, com o fortalecimento do capital e a minimização do Estado e consequentemente das políticas públicas.

Prates (2020) afirma que estar guiado por um método é estar orientado por uma opção política, para assim materializar a proposta de formação profissional. Tal processo, requer do/a assistente social consistência teórico-metodológica para compreender as manifestações da questão social, desde de sua gênese, ou seja, apreendendo a realidade a partir de uma perspectiva de totalidade, que está em constante movimento.

Tais reflexões denotam a importância do/a assistente social, ao imprimir uma postura e olhar crítico para análise da realidade, direcionar seu fazer profissional com intencionalidade (Guerra, 2000), ou seja com um direcionamento ético-político.

Para instrumentalizar esse direcionamento, o planejamento possui papel central para uma intervenção estratégica, pois é nele que será possível implementar ações intencionais, como também fortalecer a avaliação das políticas públicas que perfazem o cotidiano de trabalho do/a assistente social.

A dimensão teórico-prática do planejamento no Serviço Social concretiza- se em diagnósticos, planos de ação, planejamentos estratégicos, participação em espaços de controle social e elaboração de planos, programas e projetos (CFESS, 1993). O compromisso ético com os usuários/as e com a garantia ao acesso de direitos, impõe uma prática profissional, comprometida, crítica e atenta às determinações estruturais da realidade e às formas de resistência social, ao mesmo tempo que atua com base no reconhecimento das demandas sociais, comprometido com a superação da exclusão social e com a garantia dos direitos (CFESS, 1993)".

O trabalho do/a assistente social não pode estar distante da realidade, a construção de uma proposição deve perpassar o resgate histórico da questão social que se apresenta para sua compreensão e então, para assim propor, intervir e gerir. O trabalho do/a assistente social, nesta perspectiva, requer a apreensão crítica das mediações sociais e institucionais que perpassam a sua prática, exigindo o domínio dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos que sustentam o seu exercício profissional (Iamamoto, 2013).

Sob esta perspectiva, o/a assistente social se diferencia de uma atuação meramente tecnicista e executora justamente por estar fundamentada nos pilares fundantes da profissão, que norteia a ação comprometida com a justiça social e os direitos humanos, que instrumentaliza a intervenção profissional no cotidiano. Assim,

> Exige recursos teóricos e um horizonte político para decifrar a dinâmica conjuntural, os sujeitos coletivos aí presentes e suas relações com a profissão. Exige que Assistentes Sociais sejam mais que meros executores, que possam ousar enfrentar a realidade e os desafios de um profissional que também é um intelectual (Iamamoto, 1992, p.147)

A dimensão teórico-prática do Serviço Social manifesta-se, portanto, em sua práxis profissional, compreendida como unidade entre teoria e ação transformadora.

Essa dimensão pressupõe que a atuação profissional não se reduza a aplicabilidade de técnicas ou execução de demandas burocráticas, estando fundamentada em um olhar e leitura crítica da realidade social e um compromisso ético-político com os sujeitos históricos, uma vez que está inserida "no jogo das relações das classes sociais e seus mecanismos de poder econômico, político e cultural, preservando, no entanto, as particularidades da profissão" (Iamamoto, 2013, p.142).

De acordo com os estudos trazidos por Yolanda Guerra (2000) é possível compreender a dimensão técnico-operativa como a forma pela qual a profissão se torna visível e reconhecida socialmente, articulando instrumentos, técnicas, planejamento e racionalidade, sempre articulada por valores ético-políticos e fundamentos teóricos. Segundo a autora, esta dimensão representa uma unidade de múltiplas determinações, pois emerge no cotidiano profissional sob a influência das estruturas históricas, políticas e institucionais, articulando numa totalidade que dialoga e entrelaça teoria, ética e prática.

Nesse sentido, o simples uso de técnica não é neutro, ao operar os instrumentos, o/a profissional está reproduzindo ou questionando uma cultura profissional e modos de ser da própria profissão. Compreende-se, portanto, que a ação profissional do/a assistente social deve ser concebida como um processo que articula intencionalidade, direção social e domínio técnico, de forma a construir uma intervenção ético-política, sustentada teoricamente e viabilizada tecnicamente (Iamamoto, 2013).

A dimensão técnico-operativa não se reduz ao uso mecânico de instrumentos, trata-se de uma prática complexa e intencional na qual o(a) assistente social define. Esses quatro eixos operam dentro de uma unidade dialeticamente articulada, onde o (a) profissional não pode escolher instrumentos isoladamente, cada técnica deve ser mobilizada em função de por que e para que se intervém, e dos recursos disponíveis. A intencionalidade e planejamento conduzem à escolha eficaz, enquanto a mobilização de recursos e a seleção técnica tornam a intervenção possível e legítima. Guerra (2000) aponta também para tensões perigosas, como a burocratização, padronização

acrítica, mecanicismo ou isolamento dessas escolhas do projeto profissional, que, se prevalecem, reduzem a dimensão técnico-operativa a um tecnicismo vazio.

Portanto, a reflexividade permanente se faz necessária, pois o/a profissional deve constantemente reavaliar "o que, por que, para que e com o que" (Guerra, 2000), ajustando o uso de instrumentos e técnicas em resposta às mudanças contextuais e aos propósitos ético-políticos da profissão. Em síntese, a dimensão técnico-operativa é um processo integrado onde a racionalidade técnica, o planejamento estratégico, o sentido político e a mobilização de recursos se articulam em uma intervenção crítica, coerente e capaz de promover transformações sociais eficazes. Neste sentido, a dimensão técnico-operativa é inseparável da teórico-metodológica e dá ético-política, pois a prática profissional "é uma síntese de teoria, valores e ação técnica" (Netto, 1998). Além disso, a dimensão técnica-operativas opera como um campo de disputa política, por meio dela, o/a assistente social legítima posturas que podem tanto reforçar o status quo quanto fomentar práticas inovadoras e emancipatórias. Por fim, a dimensão técnica-operativa exige dos(as) profissionais uma postura de reflexividade permanente.

De tal forma, os fundamentos teóricos metodológicos do Serviço Social apontam o direcionamento para a atuação profissional, voltadas a instrumentalidade (Guerra, 2000), cujo uso de técnicas apontam para um direcionamento político (Netto, 1998) necessário para articulação entre o saber profissional e a dimensão da formulação e implementação das políticas públicas, compreendendo que o domínio técnico, está vinculado a uma concepção de mundo e ao compromisso profissional com as classes explordas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que o avanço do modelo neoliberal no Brasil tem provocado o desmonte das políticas públicas e a crescente exclusão social, intensificando desigualdades historicamente estruturadas. Esse modelo, sustentado por um discurso de liberdade individual e livre mercado, legitima a concentração

de poder e de riquezas em detrimento da justiça social, ampliando os processos de migração, exploração e expropriação das camadas populares.

Nesse cenário, o planejamento das políticas públicas como instrumentalidade do Serviço Social, permite ao/à assistente social compreender e intervir de forma estratégica sobre as manifestações da questão social. Essa categoria, quando compreendida como técnica social, carrega em si uma intencionalidade política e ética, voltada para a construção de respostas coletivas às desigualdades e violações de direitos. Com isso, torna-se um recurso importante no enfrentamento das consequências da racionalidade neoliberal, que fragmenta a vida social e desresponsabiliza o Estado pela garantia dos direitos sociais.

A formulação de políticas públicas devem promover coesão social, integração e o fortalecimento de sujeitos sociais autônomos, a partir do planejamento comprometido com a justiça social, orientado por princípios éticos, democráticos, participativos e inclusivos, que reconheçam a diversidade das demandas sociais, não sendo direcionadas apenas pela lógica do mercado.

A redução do papel do Estado, acompanhada pela privatização dos serviços públicos, tem ampliado as desigualdades, deteriorado as condições de vida das populações vulneráveis e restringido o campo de atuação profissional. Nesse contexto, a "refilantropização" das políticas sociais (Yazbeck, 2012; Iamamoto, 1996) tem contribuído para atuação profissional desvinculada das lutas da classe trabalhadora e consequentemente para a individualização das expressões da questão social.

Diante dessas reflexões, a afirmação do planejamento como instrumento técnico-operativo do Serviço Social possibilita enfrentar os desafios da efetividade das políticas públicas e de consolidar um projeto ético-político comprometido com a transformação social. Fortalecer esse processo, torna-se uma ferramenta para resistir aos retrocessos neoliberais, garantir direitos e seguir lutando para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. A.; GIANNA, S. D. A instrumentalidade na formação e na prática do Serviço Social. **Serv Soc Soc** [Internet]. 2024;147(1). Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/yjQj7cNXhmMC3M6YFqqC5KR/?lang=pt . Acesso em: 5 jun. 2025.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento em Serviço Socia**l: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2013 - 3a Edição.

BARBOSA, M. C. **Planejamento e serviço social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991

BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. In: MOTA [et al], (orgs) - **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional 4ª Ed. São Paulo, Cortez - 2009.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRAVO, M. I. S. Gestão Democrática na saúde: o potencial dos conselhos. In: BRAVO, Maria Inês Souza e PEREIRA, Potyara A. (orgs) **Política Social e Democracia**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, M. C. B. Gestão Social: uma questão ainda em debate no século XXI. IN: Luciano Antônio Prates Junqueira...[et al.].. **Gestão social**: mobilizações e conexões / organizadores, Luciano Antônio Prates Junqueira...[et al.]. -- São Paulo : LCTE Editora, 2012. Coleção Enapegs, vol. VI

CHRISPINO, Á.. **Políticas Públicas**: Conceitos, planejamento e gestão. Rio de Janeiro, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993. **Código de ética do assistente social**. 10ª Edição Revista e Atualizada. Lei 8.8662/1993.

FERREIRA, J. W. Questão Social e Intervenção Profissional dos Assistentes Sociais. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 9, n. 2, p. 209–217, 2010. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/7388. Acesso em: 12 jun. 2025.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, v. 20, n. 62, p. 5-34, mar. 2000.

IAMAMOTO, M. O Serviço Social na contemporaneidade: os fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos do trabalho profissional. In: GIL, Antônio (Org.) **Metodologias e técnicas do Serviço Social**. Brasília: CNI/Sesi, 1996.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 97

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12ª ed.São Paulo: Cortez, 2013.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun., 2012

NAKAMURA, F. C. O início das políticas públicas para a saúde no Brasil: da República Velha à Era Vargas. **Jusbrasil.** Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-inicio-das-politicas-publicas-para-a-saude-no-brasil-da-republica-velha-a-era-vargas/156779710 Acesso em: 07 ago 2025.

MOTA, A. E.; CARVALHO, R. **Fundamentos do Serviço Social**: ensaios sobre o trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2008, p. 86.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social**. In: CFESS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Vol. 1. Brasília: CFESS, 1998.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.PEREIRA, Potyara P. Política Social: temas e questões. 2 - ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PINTO, C. R. J. As Conferências Nacionais no Brasil: uma experiência de esfera pública de médio alcance? **Revista Interseções**, UERJ, v.2, 2007. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/PINTO_Celi_Conferencias_Nacionais_Brasil.pdf. Acesso em: 04 ago 2025.

PRATES, J. C. A Fundamentação marxiana para a formação e trabalho do Assistente Social no Brasil. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 19, n. 2, p. e39639, 2020. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/39639. Acesso em: 12 jun. 2025.

PRATES, J. C.; CARRARO, G. "Na prática a teoria é outra" ou separar é armadilha do capitalismo?. **Argumentum**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 161–171, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15424. Acesso em: 28 jun. 2025.

Contribuição de autoria

1 – Lisiane Pinto Correia

Assistente Social, Mestranda em Serviço Social e Políticas Públicas (UFSM).
https://orcid.org/0009-0006-4411-7819 • correia.lisiane@acad.ufsm.br
Contribuição: Análise formal, Escrita – Revisão e edição.

2 – Eliane Rodrigues

Assistente Social, Mestranda em Serviço Social e Políticas Públicas (UFSM).
https://orcid.org/0009-0003-9190-1807 • nanierodrigueses@gmail.com
Contribuição: Análise formal, Escrita – Revisão e edição.

3 – Andressa Baccin dos Santos

Assistente Social, Mestranda em Serviço Social e Políticas Públicas (UFSM).
https://orcid.org/0009-0007-6512-1718 • andressa-baccin@saude.rs.gov.br
Contribuição: Análise formal, Escrita – Revisão e edição.

4 – Angela Maria Souza de Lima

Assistente Social, Mestranda em Serviço Social e Políticas Públicas (UFSM).
https://orcid.org/0009-0007-8260-6338 • angela.souza@ufsm.br
Contribuição: Redação – Rascunho original

5 – Fabiane Marcia Drews

Assistente Social, Mestranda em Serviço Social e Políticas Públicas (UFSM).
https://orcid.org/0009-0001-1668-7076 • fabidreufsm@gmail.com
Contribuição: Redação – Rascunho original

6 – Thieny Oliveira de Moura Agosti

Assistente Social, Mestranda em Serviço Social e Políticas Públicas (UFSM).
https://orcid.org/0009-0008-0989-078X • thienymoura@gmail.com
Contribuição: Redação – Rascunho original

7 – Jairo da Luz de Oliveira

PhD em Gerontologia Biomédica, Doutor em Serviço Social (PUCRS).
https://orcid.org/0000-0002-5006-4614 • jairooliveira.ufsm@gmail.com
Contribuição: Supervisão.

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas (Santa Maria) mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

LIMA, A. M. S.; AGOSTI, T. O. M.; CORREIA, L. P.; RODRIGUES, E.; SANTOS, A. B.; DREWS, F. M.; SANTOS, J. L. O. Planejamento e políticas públicas: a instrumentalidade do Serviço Social. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, e95495, 2026. DOI 10.5902/2317175895495. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2317175895495.